



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680006 - SP (2021/0218316-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : JOAO GABRIEL DESIDERATO CAVALCANTE
ADVOGADO : JOAO GABRIEL DESIDERATO CAVALCANTE - SP358143
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GUILHERME JUNIO RIBEIRO CAMARGO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GUILHERME JUNIO RIBEIRO CAMARGO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500181-42.2019.8.26.0589).

O paciente foi condenado pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 à pena de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado. A defesa apresentou apelação perante o Tribunal de origem, o qual teve provimento negado, conforme ementa de acórdão abaixo:

APELAÇÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE DROGAS – SENTENÇA CONDENATÓRIA – DEFESA POSTULA A REDUÇÃO DAS PENAS, A MITIGAÇÃO DO REGIME PRISIONAL E A APLICAÇÃO DAS PENAS SUBSTITUTIVAS – CONDENAÇÃO BEM DECRETADA – CONFISSÃO JUDICIAL DO APELANTE AMPARADA NOS RELATOS DOS POLICIAIS OUVIDOS – PENAS INALTERADAS – PRIVILÉGIO DESCABIDO, PORQUANTO AS CIRCUNSTÂNCIAS EVIDENCIAM QUE O RÉU SE DEDICAVA AO TRÁFICO DE DROGAS – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAR-SE O ARTIGO 387, § 2º, DO CÓD. DE PROC. PENAL – COMPETÊNCIA DO JUÍZO DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS – REGIME FECHADO MANTIDO – PENAS SUBSTITUTIVAS DESCABIDAS – RECURSO DESPROVIDO.

Sustenta o impetrante que o paciente faz jus à aplicação do redutor contido no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06, pois seria primário e sem antecedentes criminais, além de não se dedicar à organização criminosa ou à atividades criminosas. Ademais, a quantidade de droga não se mostraria apta a fundamentar o afastamento do privilégio. Entende que o paciente tem direito a fixação do regime inicial de cumprimento da pena no aberto, ou pelo menos o semiaberto, com a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento do mérito deste. No mérito, requer a anulação do acórdão do TJSP, aplicando a causa de diminuição de pena prevista no art. 33, §4º, da Lei n. 11.343/06, com a consequente redução da pena, fixação de regime aberto, e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Subsidiariamente, pleiteia a alteração do regime prisional para o semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente